

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. A assessoria jurídica de determinado órgão público estadual, ao apreciar pedidos formulados por administrados com base no hipotético Decreto Estadual 1.234, vinha adotando, desde 2007, interpretação que fundamentava o deferimento das pretensões apresentadas. Em 2010, revendo sua posição, a assessoria jurídica passou a interpretar a referida norma administrativa de forma diversa, o que conduziria ao indeferimento daqueles pedidos. Nessa situação, o princípio aplicável aos processos administrativos que veda a aplicação retroativa de nova interpretação denomina-se

- (A) motivação.
 - (B) segurança jurídica.
 - (C) impessoalidade.
 - (D) legalidade.
-

Gabarito "B" – De fato, o princípio da segurança jurídica é que fundamenta a impossibilidade de aplicação retroativa de uma nova interpretação. Nesse sentido, há norma expressa no art. 2º, p. ún., XIII, da Lei 9.784/99.

2. A obrigação atribuída ao Poder Público de manter uma posição neutra em relação aos administrados, não podendo atuar com objetivo de prejudicar ou favorecer determinadas pessoas, decorre do princípio da

- (A) moralidade.
 - (B) impessoalidade.
 - (C) legalidade.
 - (D) motivação.
-

Trata-se de uma das três facetas do princípio da impessoalidade: a) tratamento igualitário às pessoas; b) vedação à autopromoção; c) respeito à finalidade dos atos administrativos). Gabarito "B"

3. "Atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesses ou liberdades individuais, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão do interesse público, nos limites da lei e com observância do devido processo legal". Este conceito caracteriza:

- (A) poder disciplinar
 - (B) autotutela da Administração Pública
 - (C) poder de polícia
 - (D) poder regulamentar
-

A, B, C e D: Trata-se da definição de poder de polícia. Gabarito "C"

4. São tradicionalmente afirmados pela doutrina como atributos do ato administrativo

- (A) presunção de imperatividade e de executoriedade.
- (B) imperatividade e exigibilidade.
- (C) executoriedade e vinculação.
- (D) presunção de legalidade e vinculação.

A, B, C e D: Os atributos do ato administrativo são: presunção de legitimidade, imperatividade, exigibilidade, autoexecutoriedade e tipicidade. Assim, apenas a alternativa “B” está correta. Gabarito "B"

5. O ato administrativo, – para cuja prática a Administração desfruta de uma certa margem de liberdade, porque exige do administrador, por força da maneira como a lei regulou a matéria, que sofresse as circunstâncias concretas do caso, de tal modo a ser inevitável uma apreciação subjetiva sua, quanto à melhor maneira de proceder, para dar correto atendimento à finalidade legal, – classifica-se como sendo

- (A) complexo.
- (B) de império.
- (C) de gestão.
- (D) discricionário.

Trata-se da definição de ato discricionário, conclusão que pode facilmente ser verificada pelo fato de o enunciado se referir a ato em que há uma “certa margem de liberdade”, expressão típica quando se define esse tipo de ato. Gabarito "D"

6. O ato administrativo goza da presunção de legitimidade, mas, quando dele decorrerem efeitos favoráveis, para seus destinatários e estiver eivado de vício insanável de legalidade, a Administração tem o direito de anulá-lo

- (A) enquanto não produzir efeitos.
- (B) no prazo decadencial de 5 anos.
- (C) a qualquer tempo.
- (D) no prazo prescricional de 10 anos.

Art. 54 da Lei 9.784/99. Gabarito "B"

7. Assinale a alternativa que contempla os elementos do ato administrativo.

- (A) habilitação, motivação, finalidade pública, legalidade e conteúdo
- (B) competência, tutela, motivo, forma e vinculação
- (C) forma, finalidade, vinculação e decisão
- (D) competência, finalidade, forma, motivo e objeto

Gabarito “D” – Os elementos ou requisitos do ato administrativo são: competência, objeto, forma, motivo e finalidade. Dessa forma, a alternativa “d” é a única correta.

8. São insuscetíveis de revogação, exceto:

- (A) o ato vinculado.
- (B) o ato que gerou direito adquirido.
- (C) o ato de autorização para uso de bem público.
- (D) o edital de licitação em razão de vício de legalidade.

Gabarito “C” – São irrevogáveis os atos vinculados (“a”), os atos que geram direito adquirido (“b”), os atos ilegais (“d” – pois atos ilegais devem ser anulados, e não revogados) e os atos já exauridos. O ato de autorização de uso de bem público é ato discricionário (não vinculado) e precário (não gera direito adquirido), de modo que é ato suscetível de revogação.

9. Complete as lacunas na frase a seguir e assinale a alternativa correta.
A _____ é a supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz realizado pelo
(a) _____. O ato ilegal ou ilegítimo ensejará a _____.
- (A) revogação - Administração Pública - anulação
 - (B) anulação - Judiciário - revogação
 - (C) revogação - Judiciário - anulação
 - (D) anulação - Administração Pública – revogação
-

De fato, atos legais são passíveis de revogação, se inconvenientes. E esta só pode ser feita pela Administração. Os atos ilegais são passíveis de anulação. Gabarito "A"

10. Acerca de noções de administração pública, assinale a opção correta.
- (A) Os órgãos públicos, componentes da administração pública desconcentrada descentralizada indireta, categorizados como independentes, no que tange à posição estatal, caracterizam-se por serem originários da CF e representativos dos poderes do Estado e por não possuírem qualquer subordinação hierárquica. Além disso, seus agentes são denominados agentes públicos.
 - (B) As autarquias são entidades, pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para desempenhar funções que sejam próprias e típicas do Estado, de caráter econômico.
 - (C) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da administração pública direta, que desempenham atividades de caráter econômico ou de prestação de serviços públicos, cujos integrantes são denominados servidores públicos.
 - (D) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, apesar de ter sido constituída como uma empresa pública federal, possui natureza tipicamente pública, por prestar serviço público sujeito à responsabilidade exclusiva da administração direta, e goza de imunidade tributária e impenhorabilidade de seus bens.
-

A: incorreta, pois os órgãos públicos pertencem à administração direta, e não à indireta;
B: incorreta, pois as autarquias não têm fins econômicos, atuando no exercício de atividades típicas de Estado;
C: incorreta, pois tais entidades são integrantes da Administração Indireta (e não Direta); ademais, seus agentes não costumam ser chamados de servidores públicos, mas de empregados públicos ou funcionários de pessoas públicas governamentais;
D: correta, pois, como tal empresa trabalha num regime de monopólio, não há, a rigor, concorrência com outras empresas, o que faz com que ela possa ter prerrogativas como imunidade de impostos e impenhorabilidade de bens Gabarito "D"

ÉTICA PROFISSIONAL

11. Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética relacionada à Lei nº 8.906/1994 — Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) —, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.
- (A) Adelaide constituiu uma associação e pretende levar o ato de constituição a órgão competente. Nessa situação, para que o ato seja registrado, ele terá, obrigatoriamente, de

estar assinado por advogado.

(B)Ronaldo, bacharel em direito não inscrito na OAB, foi preso, em operação da Polícia Federal, em março de 2008, por determinação de juiz federal. Nessa situação, Ronaldo não pode impetrar habeas corpus perante o TRF, por não exercer a profissão de advogado.

(C)Eduardo foi funcionário de uma empresa de seguros por mais de 25 anos e, em março de 2008, recebeu a comunicação de sua demissão. Irresignado, ele pretende ingressar com reclamação trabalhista perante a justiça do trabalho. Nessa situação, para ingressar com a ação na justiça, Eduardo deverá, obrigatoriamente, contratar um advogado.

(D)Carlos é bacharel em direito e, tendo sido aprovado no exame de ordem, foi inscrito na OAB. Nessa situação, ele não pode ingressar com ação de indenização nos juizados especiais, pois o acesso aos juizados é restrito ao cidadão comum.

A: correta, pois, de acordo com o art. 1º, § 2º, da Lei 8.906/94, os atos constitutivos de pessoas jurídicas somente serão admitidos a registro se visados por advogados (há duas exceções apenas: microempresas e empresas de pequeno porte!); B: incorreta, pois a impetração de habeas corpus, consoante prevê o art. 1º, § 1º, da Lei 8.906/94, não exige capacidade postulatória; C: incorreta, visto que o art. 791 da CLT garante a reclamante e reclamado, ao menos nas instâncias ordinárias (vide Súmula 425, TST), o *jus postulandi*, dispensando-se, pois, a intervenção nos atos processuais de advogados; D: incorreto, visto que o advogado poderá atuar perante os juizados especiais, muito embora sua intervenção seja dispensável nas causas em primeira instância cujo valor não supere vinte salários mínimos (art. 9º da Lei 9.099/95). Gabarito "A"

12. Hércules, advogado recém-formado, é procurado por familiares de uma pessoa que descobriu, por vias transversas, estar sendo investigada em processo sigiloso, mas não tem ciência do objeto da investigação. Sem portar instrumento de procuração, dirige-se ao órgão investigador competente para obter informações, identificando-se como advogado do investigado. A autoridade competente, em decisão escrita, indefere o postulado, por estar ausente o instrumento do mandato e, ainda, ser a investigação sigilosa. Diante dessas circunstâncias, à luz da legislação aplicável, é correto afirmar que

(A)o acesso a processo sigiloso é possível aos advogados somente quando requeiram a prática de ato.

(B)o acesso dos advogados dos interessados a processos sigilosos romperia com a proteção que eles mereceriam.

(C)mesmo sem urgência, a atuação do advogado poderia ocorrer, sem mandato, em processo sigiloso.

(D)o processo sigiloso é acessível a advogado portando instrumento de mandato.

GABARITO "D"

A: incorreta. De acordo com o art. 7º, XIII, do Estatuto da OAB (EAOAB – Lei 8.906/94), é direito do advogado examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos. Portanto, mesmo que os advogados não requeiram a prática de qualquer ato, lhes assiste o direito de simplesmente consultar/examinar autos de processos findos ou em andamento; B: incorreta. É direito do advogado, como visto, acessar autos de processos findos ou em andamento, mesmo

sem procuração, desde que não estejam sujeitos a sigilo. Nesse caso, somente com procuração o advogado terá acesso aos autos; C: incorreta. Como visto, o art. 7º, XIII, do EAOAB, permite o acesso do advogado a autos de processos administrativos ou judiciais, mesmo sem procuração, desde que não estejam acobertados pelo sigilo. Caso contrário, apenas com procuração da parte interessada (leia-se: parte processual) é que o advogado poderá examinar os autos; D: correta (art. 7º, XIII, EAOAB).

13. Joel é experiente advogado, inscrito há muitos anos nos quadros da OAB. Em atividade profissional, comparece à sessão de tribunal com o fito de sustentar, oralmente, recurso apresentado em prol de determinado cliente. Iniciada a sessão de julgamento, após a leitura do relatório, pelo magistrado designado para tal função no processo, dirige-se à tribuna e, regularmente, apresenta sua defesa oral. No curso do julgamento há menção, pelo Relator de data e fls. constantes dos autos processuais que se revelam incorretas. No concernente ao tema, à luz das normas estatutárias, o advogado

(A) deve aguardar o final do julgamento, com a proclamação do resultado, para apresentar questão de ordem.

(B) poderá usar a palavra, pela ordem, para esclarecer questão de fato, que influencie o julgamento.

(C) não possui instrumento hábil para interromper o julgamento.

(D) após o final do julgamento deverá, mediante nova sustentação oral, indicar os erros cometidos.

O art. 7º, X, da Lei 8.906/94 dispõe que é direito do advogado “usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação ou censura que lhe forem feitas” (g.n.). Assim, está correta a alternativa “b”. Gabarito "B"

14. No que se refere à imunidade material do advogado, prevista na Lei nº 8.906/1994, assinale a opção correta.

(A) A imunidade material do advogado alcança a difamação, a injúria e a calúnia.

(B) A imunidade material do advogado alcança a difamação e a injúria apenas quando a manifestação se der em juízo.

(C) A imunidade material não exclui a responsabilidade civil ou penal, quando a manifestação do advogado caracterizar calúnia.

(D) Por causa de sua imunidade material, o advogado não pode ser responsável administrativamente perante a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pelos excessos que cometer, se for absolvido nas esferas penal ou civil.

Nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei 8.906/94, o advogado goza de imunidade material (leia-se: penal) no tocante aos crimes de injúria e difamação praticados no exercício de sua atividade, seja em juízo ou fora dele. No tocante ao crime de desacato, o STF, no julgamento da ADIN 1.127-8 reconheceu a inconstitucionalidade da imunidade, visto que criaria um enorme descompasso entre o advogado e o juiz (violação à isonomia). Frise-se, ainda, que, quanto aos crimes contra a honra, a imunidade do advogado somente alcança a injúria (art. 140, CP) e difamação (art. 139, CP), mas não a calúnia (art. 138, CP). Assim, os excessos praticados pelo advogado poderão acarretar-lhe responsabilidade penal (ex.: calúnia), civil e ética (administrativa). Gabarito "C"

15. Um advogado que atua exclusivamente em Salvador – BA, onde tem seu domicílio profissional e inscrição principal, foi procurado por um cliente para patrocínio de uma ação de repetição de indébito, pelo rito ordinário, na justiça federal, em Aracaju – SE. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da atuação profissional em outro domicílio.

(A) O advogado poderá atuar desde que haja prévia comunicação à OAB/BA, em até cinco dias, a partir da sua primeira atuação nos autos do processo em Aracaju.

(B) Não será possível a atuação do advogado sem a prévia inscrição suplementar na OAB/SE.

(C) O advogado poderá atuar na causa sem prévia inscrição na OAB/SE e sem comunicar o fato à OAB/BA.

(D) A atuação regular do advogado em Aracaju depende de prévia autorização do secretário geral da OAB/SE.

Art. 10, § 2º, da Lei 8.906/94. Gabarito "C"

16. Semprônio reside no Estado W, onde mantém o seu escritório de advocacia, mas requer sua inscrição principal no Estado K, onde, em alguns anos, pretende estabelecer domicílio. No concernente ao tema, à luz das normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) na dúvida entre domicílios, prevalece o da sede principal do exercício da advocacia.

(B) a inscrição principal está subordinada ao domicílio profissional do advogado.

(C) o Conselho Federal pode autorizar a inscrição principal fora da sede do escritório do advogado.

(D) o advogado pode eleger qualquer seccional para inscrição principal ao seu arbítrio.

GABARITO "B"

A: incorreta, pois, de acordo com o art. 10, §1º, do Estatuto da OAB (EAOAB – Lei 8.906/94), considera-se domicílio profissional a sede principal da atividade de advocacia, prevalecendo, na dúvida, o domicílio da pessoa física do advogado (e não o da sede principal do exercício da advocacia, como mencionado na alternativa); B: correta. De fato, a inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território pretende estabelecer o seu domicílio profissional (art. 10, do Estatuto da OAB – EAOAB – Lei 8.906/94), assim entendido como a sede principal da atividade de advocacia (art. 10, §1º, EAOAB); C: incorreta (art. 10, EAOAB); D: incorreta (art. 10, EAOAB).

17. A personalidade jurídica de uma sociedade de advogados sediada no Pará tem início com o registro, aprovado,

(A) de seu contrato social na Junta Comercial competente.

(B) de seus atos constitutivos na OAB/PA.

(C) de seu contrato social no cadastro unificado do Conselho Federal da OAB.

(D) de seus estatutos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Art. 15, § 1º, da Lei 8.906/94. Gabarito "B"

18. Com relação ao advogado empregado, assinale a opção correta.

(A) Considere que Fabiana, advogada da empresa SW, tenha ganhado processo para seu empregador. Nessa situação, caso haja honorários de sucumbência, estes devem ser repassados à empresa, haja vista que Fabiana já é remunerada para defender os interesses da empresa SW.

(B) Considere que Daniel, advogado empregado do banco Z, tenha sido chamado à sala

do diretor-presidente e lá recebido ordem para fazer contestação do processo de separação desse diretor-presidente. Nessa situação, Daniel não está obrigado a prestar seus serviços profissionais, visto que a causa é de interesse pessoal do diretor-presidente, sem relação com o contrato de trabalho.

(C) Considere que Marcos, advogado empregado do banco X, tenha recebido ordem para elaborar parecer favorável em um contrato manifestamente ilegal. Nesse caso, por ser empregado do banco, ele não possui independência profissional para fazer, por convicção, parecer contrário ao referido contrato.

(D) O advogado empregado, no exercício da profissão, não pode ter regime de trabalho superior a trinta horas semanais, independentemente de acordo coletivo ou de contrato de dedicação exclusiva.

Art. 18, p. único, 20 e 21 da Lei 8.906/94. Gabarito "B"

19. No que concerne à capacidade postulatória do advogado, assinale a opção correta.

(A) O advogado que renunciar à procuração que lhe foi outorgada fica obrigado a representar o outorgante pelo prazo de dez dias, a contar da notificação da renúncia, ainda que outro advogado o substitua.

(B) A procuração para o foro confere, em geral, poderes especiais ao advogado.

(C) Em caso de urgência, pode o advogado postular em juízo sem procuração, devendo apresentá-la no prazo de quinze dias.

(D) Caso o advogado não junte procuração, o juiz mandará intimá-lo para que a apresente imediatamente, sob pena de indeferimento da petição inicial.

A: art. 5º, § 3º, da Lei 8.906/94; B: art. 5º, § 2º, da Lei 8.906/94; C: art. 5º, § 1º, da Lei 8.906/94; D: art. 37 do CPC. Gabarito "C"

20. Eduardo, advogado, é contratado para defender os interesses de Otávio, próspero fazendeiro, em diversas ações, de natureza civil, empresarial, criminal, bem como em processos administrativos que tramitam em numerosos órgãos públicos.

Antes de realizar os atos próprios da profissão, apresenta ao cliente os termos de contrato de honorários, que divide em valores fixos, acrescidos dos decorrentes da eventual sucumbência existente nos processos judiciais. À luz das normas aplicáveis,

(A) os honorários sucumbenciais e os contratados são naturalmente excludentes, devendo o profissional optar por um deles.

(B) os honorários contratuais devem ser sempre em valor fixo.

(C) os honorários de sucumbência podem, ao alvedrio das partes, sofrer desconto dos honorários pactuados contratualmente.

(D) os honorários sucumbenciais acrescidos dos honorários contratuais podem superar o benefício econômico obtido pelo cliente.

A: incorreta, pois, segundo o art. 22, *caput*, da Lei 8.906/94, a prestação do serviço assegura ao advogado direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência; ademais, os honorários fixados em sentença pertencem ao advogado, que pode executá-los autonomamente (art. 23 da Lei 8.906/94); aliás, segundo o CED, “os honorários da sucumbência não excluem os contratados, porém devem ser levados em conta no acerto final com o cliente ou constituinte, tendo sempre presente o que foi ajustado na aceitação da causa” (art. 35, § 1º); assim, é possível que o contrato de honorários determine que o advogado fique com os dois honorários (contratual e de sucumbência) ou que se combine algum tipo de compensação; B:

incorreta, pois não existe, nos arts. 35 a 43 do CED, obrigação nesse sentido; C: correta, nos termos do já citado art. 35, § 1º, do CED; D: incorreta, pois, segundo o art. 38 do CED, “na hipótese da adoção de cláusula *quota litis*, os honorários devem ser necessariamente representados por pecúnia e, quando acrescidos dos de honorários da sucumbência, não podem ser superiores às vantagens advindas em favor do constituinte ou do cliente” (g.n.). Gabarito "C"

21. O advogado Antônio é convocado para prestar depoimento como testemunha em ação em que um dos seus clientes é parte. Inquirido pelo magistrado, passa a tecer considerações sobre fatos apresentados pelo seu cliente durante as consultas profissionais, mesmo sobre estratégias que havia sugerido para a defesa do seu cliente. Não omitiu quaisquer informações. Posteriormente à audiência, foi notificado da abertura de processo disciplinar pelo depoimento prestado.

Em relação ao caso acima, com base nas normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) no caso em tela, houve justa causa, capaz de permitir a revelação de dados sigilosos.

(B) o sigilo profissional é uma faculdade do advogado.

(C) inquirido pelo magistrado, o advogado não pode se escusar de depor e prestar informações.

(D) a quebra do sigilo profissional, ainda que judicialmente, como no caso, é infração disciplinar.

Comentário: A: incorreta, pois, de acordo com o art. 7º, XIX, do Estatuto da OAB (Lei 8.906/94 – EAOAB), é prerrogativa (e dever!) do advogado recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional. Outrossim, o art. 26 do Código de Ética e Disciplina (CED), em reforço, determina que o advogado deve (dever!) guardar sigilo sobre os fatos que tome conhecimento em razão da relação com seu cliente (ou ex-cliente). Somente poderia haver a quebra do sigilo profissional em casos de grave ameaça à vida, à honra ou se o cliente afrontasse o advogado, nos termos do art. 25 do CED; B: incorreta, pois, como visto, o sigilo profissional não é faculdade, mas um dever do advogado (e, também, uma prerrogativa); C: incorreta, visto que a própria lei (Estatuto da OAB) prevê ao advogado poder recusar-se a prestar depoimento na qualidade de testemunha (art. 7º, XIX, do EAOAB); D: correta. De fato, a quebra do sigilo profissional é considerada infração disciplinar, nos termos do art. 34, VII, do EAOAB, passível de punição (pena de censura). Gabarito "D"

22. Manoel, empresário, promove ação de separação judicial litigiosa em face de Maria, sua esposa, alegando graves violações aos deveres do casamento, entre as quais abandono material e moral das duas filhas do casal. Anexa documento comprovando que sua esposa deixara as menores em casa para comparecer a festas em locais distantes, o que lhes causou riscos à saúde física e mental. Apesar de as normas sobre o tema determinarem o sigilo, o processo tramita como se fosse público. O advogado do autor comunica o fato ao juiz que preside o processo e ao escrivão que chefia o cartório judicial. Baldados foram os seus esforços. Em relação ao caso acima, à luz das normas estatutárias, é correto afirmar que

(A) não pode reclamar para outra autoridade, já tendo apresentado a primeira ao juiz da causa.

(B) a publicidade do processo constitui mera irregularidade, infensa a medidas de qualquer naipe.

(C) o advogado atuou corretamente ao reclamar do descumprimento de lei.

(D) a reclamação deve ser escrita.

Comentário: Nos termos do art. 7º, XI, do Estatuto da OAB (Lei 8.906/94 – EAOAB), configura prerrogativa do advogado reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento. Portanto, tendo havido a inobservância de preceito legal (*in casu*, da restrição à publicidade, ainda mais em matéria de direito de família, em que a intimidade das partes envolvidas justifica a decretação de segredo de justiça), agiu corretamente o advogado em apresentar reclamação, que pode ser escrita ou verbal, ao juiz competente. Correta, pois, a alternativa C. Gabarito C

23, Alcides, advogado de longa data, resolve realizar concurso para o Ministério Público, vindo a ser aprovado em primeiro lugar. Após os trâmites legais, é designada data para a sua posse, circunstância que acarreta seu requerimento para suspender sua inscrição nos quadros da OAB, o que vem a ser indeferido. No caso em comento, em relação a Alcides, configura-se situação de

(A) incompatibilidade, podendo atuar, como advogado, em determinadas situações.

(B) cancelamento da inscrição por assunção de cargo incompatível.

(C) suspeição enquanto permanecer no cargo.

(D) suspensão da inscrição até a aposentadoria do membro do Ministério Público.

Comentário: De fato, o exercício de cargo no Ministério Público é causa geradora de incompatibilidade em caráter definitivo, fato suficiente a ensejar o cancelamento da inscrição do advogado, nos termos do art. 11, IV, do Estatuto da OAB (Lei 8.906/94 – EAOAB). Deve o candidato recordar que ser membro do Ministério Público configura causa de incompatibilidade (proibição total para advogar), nos termos do art. 28, II, do EAOAB. A suspensão da inscrição somente seria viável se se tratasse de incompatibilidade em caráter temporário, nos termos do art. 12, II, do EAOAB, o que, evidentemente, não é o caso de um advogado que tome posse para o exercício de cargo no Ministério Público. GABARITO “B”

24. Assinale a opção correta em relação ao Estatuto da OAB.

(A) Juntamente com a eleição do Conselho Seccional e da Subseção, os advogados elegem diretamente o Conselho Federal da OAB.

(B) Uma subseção pode abranger um ou mais municípios e, ainda, partes de município.

(C) Uma seccional pode abranger um ou mais estados da Federação.

(D) Uma Caixa de Assistência aos Advogados não tem personalidade própria, mas o

Conselho Seccional a que ela se vincula, sim.

A: art. 63 e ss da Lei 8.906/94; B: art. 60, § 1º, da Lei 8.906/94; C: art. 45, § 2º, da Lei 8.906/94; D: art. 62, *caput*, da Lei 8.906/94. Gabarito "B"

25. Em relação à organização da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assinale a opção correta.

(A) Somente é possível a criação de Caixa de Assistência dos Advogados quando a seccional contar com mais de 1.500 inscritos.

(B) A OAB está ligada ao Ministério da Justiça para fins de dotação orçamentária.

(C) O presidente de Seccional pode, a critério do Pleno, receber remuneração pelo exercício do cargo.

(D) O Conselho Seccional é órgão do Conselho Federal.

A: art. 45, § 4º, da Lei 8.906/94; B: não existe essa ligação; C: não existe essa previsão; D: é órgão da OAB (art. 45, II, da Lei 8.906/94). Gabarito "A"

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. Para os que dividem as normas constitucionais, quanto à sua aplicabilidade, em normas de eficácia plena, contida e limitada, as deste último grupo são aquelas que

(A) apresentam aplicabilidade imediata e geram todos os efeitos essenciais a partir da vontade do seu aplicador, único limitador de sua abrangência.

(B) produzem, ou têm possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais, relativamente aos interesses, comportamentos e situações, que o legislador, direta e normativamente, quis regular.

(C) regulam suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, conforme previsão do legislador, mas deixam margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público.

(D) apresentam aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, porque somente incidem totalmente sobre esses interesses, após uma normatividade ulterior que lhes desenvolva a aplicabilidade.

As normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade imediata são as que produzem efeitos plenos tão logo a Constituição entra em vigor; as normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade mediata correspondem àquelas que, muito embora tenham eficácia direta e aplicabilidade imediata quando da promulgação da CF, podem vir a ser restringidas pelo legislador infraconstitucional no futuro; por fim, as normas constitucionais de eficácia limitada são as que possuem aplicabilidade indireta e eficácia mediata, pois dependem da intermediação do legislador infraconstitucional para que possam produzir seus efeitos jurídicos próprios. Gabarito "D"

27. Suponha que o STF, em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), tenha julgado a lei X inconstitucional. Nesse caso, seria correto afirmar que a lei X

(A) é federal e deverá ser encaminhada ao Senado para que seja suspensa.

(B) pode ser federal, estadual ou municipal e deverá ser encaminhada ao Senado para que seja suspensa.

(C) pode ser federal, estadual ou municipal e não precisa ser encaminhada ao Senado

para ser suspensa.

(D) pode ser federal ou estadual e não precisa ser encaminhada ao Senado para ser suspensa.

A, B e C: A ação direta de inconstitucionalidade está prevista no artigo 102, I, "a", da CF e também na Lei Federal 9.868/99. É uma ação constitucional que tem por objetivo verificar se uma lei ou ato normativo federal ou estadual está em conformidade com o que dispõe a Constituição Federal. Assim, o objeto da ADI pode ser uma lei estadual ou federal, entendida em sentido amplo, abarcando todas as espécies legislativas previstas no artigo 59 da CF, quais sejam: emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções. O único requisito é que essas espécies normativas encontrem fundamento de validade direto na CF, pois, caso contrário, haveria crise de ilegalidade e não de inconstitucionalidade. A alternativa "D" traz o objeto correto da ADI e, além disso, menciona que a decisão não precisa ser encaminhada ao Senado para que ele suspenda a eficácia da lei tida como inconstitucional, pois isso seria desnecessário, já que essa decisão produz, em regra, efeitos *erga omnes*.

Gabarito "D"

28. Um determinado deputado federal foi flagrado cometendo delito considerado inafiançável, sendo preso pelos agentes policiais estatais. Consoante as normas constitucionais, os autos da prisão devem ser remetidos para exame do ato

(A) ao Senado da República.

(B) ao Presidente da República.

(C) ao Congresso Nacional.

(D) à Câmara Federal.

A, B, C e D: Segundo o parágrafo 2º do art. 53 da CF, que desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. Na presente situação, como o crime foi praticado por um deputado federal, a casa respectiva, que receberá os autos de prisão, é a Câmara Federal ou também chamada de Câmara de Deputados.

Gabarito "D"

29. No que se refere aos remédios constitucionais, assinale a opção correta.

(A) A doutrina brasileira do *habeas corpus*, cujo principal expoente foi Rui Barbosa, conferiu grande amplitude a esse *writ*, que podia ser utilizado, inclusive, para situações em que não houvesse risco à liberdade de locomoção.

(B) O *habeas data* pode ser impetrado ao Poder Judiciário, independentemente de prévio requerimento na esfera administrativa.

(C) A ação popular pode ser ajuizada por qualquer pessoa para a proteção do patrimônio público estatal, da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural.

(D) A ação civil pública somente pode ser ajuizada pelo MP, segundo determina a CF.

A: Art. 5º, LXVIII, da CF; B: Art. 8º da Lei 9.507/97 (lei que disciplina o rito processual do *habeas data*); C: Art. 5º, LXXIII, da CF. Somente está legitimado a ajuizar a ação popular o cidadão, assim entendido, o brasileiro nato ou naturalizado em gozo de seus direitos políticos. Dessa forma, foram excluídos os brasileiros que não

estejam no gozo de seus direitos políticos, os estrangeiros e as pessoas jurídicas (Súmula 365, STF); D: A ação civil pública (Lei 7.347/85) pode ser proposta pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados, pelos Municípios, pelas associações civis e por outros legitimados relacionados na lei. Gabarito "A"

30. Entre os fundamentos da República Federativa do Brasil, NÃO se pode incluir

- (A) a Soberania.
 - (B) o Pluralismo político.
 - (C) o trabalho e a livre iniciativa.
 - (D) a cidadania.
-

Art. 1º, I a V, da CF. Gabarito "C"

31. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, é certo dizer que, ao tutelar o direito à vida, a CRFB/88

- (A) proibiu totalmente a pena de morte e a remoção de órgãos.
- (B) permitiu excepcionalmente a pena de morte e a remoção de órgãos.
- (C) proibiu totalmente a pena de morte, mas autorizou a remoção de órgãos.
- (D) permitiu excepcionalmente a pena de morte e permitiu totalmente a remoção de órgãos.

A, B, C e D: Conforme dispõe o inciso XLVII do art. 5º da CF, em regra, não há pena de morte no Brasil, mas, ressalta o próprio dispositivo, que em caso de guerra declarada pode haver. Além disso, o parágrafo 4º do art. 199 da CF, determina que a lei disponha sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Gabarito "B"

32. Em matéria de direitos e deveres individuais e coletivos, é certo que

- (A) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
 - (B) poderá ser concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
 - (C) as provas obtidas por meios ilícitos, excepcionalmente, podem ser admissíveis no processo penal, mas são vedadas no civil.
 - (D) a prisão ilegal poderá ser revogada pelo juiz, membro do Ministério Público ou autoridade policial.
-

A: Art. 5º, LXIV, da CF; B: Não reflete o disposto no art. 5º, LII, da CF; C: Não reflete o disposto no art. 5º, LVI, da CF; D: Só pode ser relaxada pela autoridade judiciária (art. 5º, LXV, da CF). Gabarito "A"

33. Considere as assertivas abaixo:

- I. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de 65 anos e os maiores de 16 e menores de 18 anos de idade.
- II. O sufrágio é um direito público subjetivo de natureza política, que tem o cidadão de eleger, ser eleito e de participar da organização e da atividade do poder estatal.
- III. São direitos políticos, além de outros, a alistabilidade, a iniciativa popular de lei, a ação popular e a organização e participação de partidos políticos.

IV. Podem alistar-se como eleitores, dentre outros, os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.

V. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge, viúvo ou viúva e os parentes consanguíneos, até o terceiro grau ou por adoção, dos detentores de cargos no executivo ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito.

Está correto APENAS o que se afirma em:

(A) I, II e V.

(B) I, III e IV.

(C) II e III.

(D) II, IV e V.

I: Para os analfabetos e maiores de 16 e menores de 18 anos sim, mas para os maiores de 65 anos não (art. 14, § 1º, II, “b”, da CF, que faz referência aos maiores de setenta anos); II: Sim, podendo ser universal ou restrito; III: A alistabilidade é condição para o exercício do direito de votar; a iniciativa popular está expressa no art. 14, III, da CF; a ação popular só pode ser proposta pelo cidadão, podendo ser autor popular todo aquele que estiver no pleno gozo dos direitos políticos, ou seja, aquele que tem título de eleitor válido (art. 1º, § 3º, da Lei 4.717/1965); a filiação partidária é condição de elegibilidade (art. 14, § 3º, V, da CF); IV: Viola o art. 14, § 2º, da CF; V: Não reflete o disposto no art. 14, § 7º, da CF. Gabarito "C"

34. Consideram-se brasileiros natos os nascidos no

(A) estrangeiro, de pai e de mãe estrangeiros, desde que venham a trabalhar e residir no Brasil e optem, até no máximo 30 dias após o reingresso, pela nacionalidade brasileira.

(B) Brasil, ainda que de pais estrangeiros, estando ou não a serviço de seu país.

(C) estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil.

(D) estrangeiro, de pais de qualquer nacionalidade, que sejam registrados em embaixada brasileira, no máximo após 30 dias de seu nascimento.

A e D: O art. 12, I, da CF não contempla essas regras; B: Não reflete o disposto no art. 12, I, “a”, da CF; C: Art. 12, I, “b”, da CF. Gabarito "C"

35. No que concerne à ação declaratória de constitucionalidade pode-se afirmar que

(A) a petição inicial deverá indicar necessariamente a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da demanda.

(B) o Ministro de Estado é um dos legitimados à sua propositura.

(C) indeferida a petição inicial pelo Relator caberá recurso de apelação ao Plenário do Supremo Tribunal Federal.

(D) após o seu ajuizamento, a desistência pelo autor é permitida, mas está condicionada à concordância do Advogado-Geral da União.

A: Art. 14, III, da Lei 9.868/1999; B: Não reflete o disposto no art. 103 da CF e no art. 13 da Lei 9.868/1999; C: Não reflete o disposto no art. 15, parágrafo único, da Lei 9.868/1999; D: A desistência é expressamente vedada pelo art. 16 da Lei 9.868/1999. Gabarito "A"

DIREITO AMBIENTAL

36. Relativamente aos princípios gerais do direito ambiental e a suas formas de materialização, assinale a opção correta.

(A) De acordo com o princípio da precaução, diante de ameaças de danos sérios e irreversíveis, a falta de certeza científica não pode ser invocada como motivo para se adiarem medidas destinadas a prevenir a degradação ambiental, podendo a administração pública, com base no poder de polícia, embargar obras ou atividades.

(B) Consoante o princípio do poluidor-pagador, a definição dos custos de produção de determinada empresa poluidora não pode levar em consideração os custos sociais externos decorrentes de sua atividade poluente, sob pena de cometimento de infração administrativa ambiental.

(C) Em decorrência do princípio da prevenção, o empreendedor deve apresentar ao poder público estudo prévio de impacto ambiental referente a qualquer atividade que implique a utilização ou transformação de recursos naturais.

(D) O princípio da função sócio-ambiental da propriedade autoriza o poder público a impor limites apenas ao uso de bens imóveis localizados em área rural, no que respeita à exploração de seus recursos naturais, não se aplicando, porém, tal preceito à propriedade urbana.

Comentário: A: pelo princípio da precaução, na dúvida sobre se uma certa atividade prejudica o meio ambiente, deve-se ficar com este, tomando as medidas adequadas para que o suposto dano de fato não ocorra. A idéia aqui é eliminar que o próprio perigo possa se concretizar. O texto da questão decorre do Princípio 15 da Declaração do Rio (produzida na ECO/92); B: v. Princípio 16 da Declaração do Rio, bem como o princípio do poluidor-pagador; C: o estudo prévio de impacto ambiental só deve ser exigido para atividades que podem causar significativo impacto ambiental (art. 225, IV, da CF); D: art. 225, § 1o, IV, da CF.

Gabarito: "A"

37. Tendo em vista as normas sobre meio ambiente constantes da CF, assinale a opção correta.

(A) Em face do princípio constitucional da livre iniciativa, os recursos minerais podem ser explorados independentemente de autorização ou de concessão do poder público, mas o explorador deve promover a recuperação do meio ambiente degradado de acordo com as normas técnicas exigidas pela administração.

(B) O meio ambiente é bem de uso especial, sob domínio do Estado, e sua utilização se dá por interesse da administração.

(C) Compete à União, aos estados e ao DF legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, proteção do meio ambiente e controle da poluição. Aos municípios cabe suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber.

(D) A floresta amazônica brasileira, a mata atlântica e o pantanal mato-grossense são considerados patrimônio nacional. Assim também o são a Serra do Mar, a zona costeira, o cerrado e a caatinga, devendo a utilização de qualquer dessas áreas dar-se na forma da lei.

Comentário: A: art. 225, § 2ª, da CF (parte correta) c/c art. 176 da CF (parte incorreta); B: art. 225, *caput*, da CF ("bem de uso comum do povo"); C: art. 24, VI, da CF c/c art. 30, II, da CF.; D: art. 225, § 4º, da CF.

Gabarito: "C"

38. Segundo o jurista Vladimir Passos de Freitas, na concepção moderna de meio ambiente, este é considerado não apenas como a natureza mas também como as modificações que o homem nela vem introduzindo. Assim, assinala o jurista, é possível classificar o meio ambiente em ambiente natural, que compreende a água, a flora, o ar, a fauna, e ambiente cultural, que abrange as obras de arte, imóveis históricos, museus, belas paisagens, enfim, tudo o que possa contribuir para o bem-estar e a felicidade do ser humano. Considerando tal concepção, assinale a opção correta.

(A) A Constituição Federal admite formas específicas de proteção do patrimônio cultural, tais como o tombamento, o registro, o inventário, a retrocessão e a desapropriação.

(B) As criações científicas e tecnológicas integram o patrimônio cultural brasileiro, sendo elas objeto de especial proteção pelo poder público.

(C) Os municípios não detêm competência para proteger o patrimônio cultural, em razão da relevância nacional dos bens que o integram.

(D) Sendo comum a competência material para a proteção do patrimônio cultural, União, estados, DF e municípios podem instituir tombamento de bens imóveis dotados de valor histórico-cultural, não se admitindo, porém, o tombamento de um mesmo bem por mais de uma pessoa política, em razão da proibição do bis in idem.

Comentário: A: art. 216, § 1º, da CF; B: art. 216, III, da CF; C: art. 216, § 1º, e art. 23, III, ambos da CF; D: a Lei de Tombamento (Decreto-Lei 25/37) não proíbe o chamado tombamento cumulativo.

Gabarito: "B"

39. A respeito do Código Florestal, das novas regulamentações sobre reserva legal, das áreas de preservação permanente e de outros instrumentos legais, assinale a opção correta.

A A reserva legal corresponde a área localizada no interior de uma propriedade, incluída naquela de preservação permanente.

B As florestas que integram o patrimônio indígena ficam sujeitas ao regime de preservação permanente.

C A área de vegetação situada em olhos d'água não é passível de proteção ambiental.

D A retirada de vegetação nativa em encostas com sessenta graus, para a plantação de uvas, é permitida.

Comentário: A: incorreta, pois, como regra, não é possível computar as áreas relativas à preservação permanente no percentual da reserva legal (art. 16, caput e § 6º, da 4.771/65); B: correta (art. 3º, § 2º, da 4.771/65); C: incorreta, pois se trata de área de preservação permanente *ex lege* (art. 2º, "c", da 4.771/65); D: incorreta, pois se trata de área de preservação permanente *ex lege* (art. 2º, "e", da 4.771/65); E: incorreta, pois se trata de área de preservação permanente *ex lege* (art. 2º, "a", 1, da 4.771/65).

Gabarito: "B"

40. A PNMA foi estabelecida em 1981 mediante a edição da Lei n.º 6.938/1981, que criou o SISNAMA. O objetivo dessa lei é o estabelecimento de padrões que tornem possível o desenvolvimento sustentável, por meio de mecanismos e instrumentos para maior proteção do ambiente. A respeito desse assunto e considerando o disposto na lei, assinale a opção correta.

A O SISNAMA congrega os órgãos e as instituições ambientais da União, dos estados e dos municípios; o DF não compõe esse sistema.

B Poluição e poluidor são conceitos doutrinários não definidos na lei da PNMA.

C É objetivo da PNMA a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

D O SISNAMA possui dois órgãos superiores e cinco órgãos locais.

Comentário: A: incorreta (art. 6º, caput, da Lei 6.938/81); B: incorreta (art. 3º, III e IV, da Lei 6.938/81); C: correta (art. 4º, I, da Lei 6.938/81); D: incorreta, pois há 1 órgão superior (Conselho de Governo – art. 6º, I, da Lei 6.938/81) e diversos órgãos locais (art. 6º, VI, da Lei 6.938/81), já que estes são os órgãos ou entidades dos municípios, responsáveis pela proteção do meio ambiente.

Gabarito: "C"